

Parceria entre Universidade, ONG e o Movimento dos Atingidos por Barragens para o Fortalecimento da Organização das Comunidades Atingidas

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo resgatar a história e trajetória do Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Projeto de Extensão da UFV), iniciado em 1996 e que continua atualmente. Os principais objetivos e práticas eram: promover a formação e capacitação de lideranças dentre as comunidades e comissões locais atingidas; promover ciclos de palestras e seminários informativos a comunidade universitária e à sociedade em geral sobre os diversos aspectos inerentes aos processos de construção de barragens; acompanhar o processo de licenciamento ambiental, incluindo reuniões com as comunidades atingidas e participação em audiências públicas; e emitir pareceres técnicos sobre os impactos sociais e ambientais causados pela construção de barragens. As principais realizações foram: evitar o deslocamento involuntário de milhares de pequenos agricultores, ameaçados por projetos de barragens, de suas terras; facilitar a organização local e regional; aumentar o poder de barganha destes junto às empresas e ajudar a salvar Cachoeira Grande, em Canaã, mediante o indeferimento da Licença Prévia do EIA, após mobilização da comunidade e pareceres técnicos em audiências públicas. Atualmente, o projeto tem trabalhado em parceria com uma ONG, o NACAB, que tem retomado os objetivos anteriores e contribuído para a construção de cidadania dessas pessoas.

Autores

Franklin Daniel Rothman - Prof. Adjunto DER.
Alexandre José Firme, Ms Ciência Ambiental
Juliana de Oliveira, graduanda em Geografia
Maria das Graças Alves Costa, graduanda em Geografia

Instituição

Universidade Federal de Viçosa – UFV

Palavras-chave: extensão; ONG; movimento social

Introdução e objetivo

Desde a década de 70, a construção de grandes barragens no Brasil e em outros países do Terceiro Mundo tem provocado enormes impactos sociais e ambientais, destruindo grandes áreas e expulsando populações do campo, contribuindo para o crescimento do êxodo rural. No Brasil, a barragem de Itaipu expulsou dezenas de milhares de pessoas e as de Itaparica e Sobradinho deslocaram cerca de 120.000 pessoas. As decisões sobre esses projetos têm sido tomadas pelas empresas estatais do setor elétrico, com grande influência do setor privado, sem que a população possa se dar conta de que vão gerar enormes conseqüências sobre seu tipo de vida. Embora a maioria das barragens que está sendo planejada seja de escala menor, segundo um pesquisador mineiro, os efeitos negativos cumulativos de um grande número de barragens "pequenas" e médias implicam a continuação de grandes impactos sociais e ambientais.

Ao mesmo tempo, as experiências iniciais de privatização do setor elétrico sugerem que a falta de informações e os impactos negativos se repitam dentro do novo contexto da construção de barragens pelos consórcios de empresas privadas.

Dentre os impactos ecológicos de grandes barragens estão os seguintes: perda de terras e de fauna a montante alagadas pelo reservatório da barragem; assoreamento dos rios e perda de fertilidade dos solos a jusante; e a transmissão de doenças infecciosas.

Quanto aos impactos sócio-econômicos e culturais, a construção de grandes barragens tem ameaçado a sobrevivência econômica e o modo de vida dos camponeses atingidos.

Um estudo do Banco Mundial citou o caso dos projetos de Itaipu, Sobradinho e Tucuruí, nos quais a indenização para terras desapropriadas foi irrisória, ou, no melhor das hipóteses, totalmente insuficiente, para adquirir terra de tamanho e qualidade semelhantes em outros lugares.

Outro estudo do BIRD conclui que, nos projetos de construção de barragens, quase sempre se inicia um processo de empobrecimento.

Dentre os impactos sócio-culturais do deslocamento obrigatório são a perda de identidade coletiva decorrente da perda da propriedade rural e dos padrões de organização social, como relações de parentesco, amizade e comunidade.

Durante a década de 80, resistências locais no Brasil ao deslocamento compulsório se transformaram, sob certas condições, em movimento social. A organização preexistente da população local e o apoio de ONGs e setores progressistas de igrejas e de universidades têm contribuído à construção de movimentos de atingidos por barragens, os quais têm procurado aumentar o poder de barganha dos atingidos.

Em 1989, movimentos regionais se articularam na organização do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens (MAB). Paralelamente, em resposta às pressões dos movimentos ecológicos, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento passaram a exigir estudos sobre consequências ambientais da implantação de usinas hidrelétricas.

A partir da segunda metade da década de 80, as empresas estatais do setor elétrico, dependente das políticas de reestruturação do BIRD, para obter recursos para investimento, e em face das pressões do movimento dos atingidos, começavam a negociar mais com populações locais organizadas.

Apesar dos avanços dos Movimentos de Atingidos por Barragens, a assimetria nos recursos disponíveis, por um lado, das populações locais atingidas por barragens, e por outro, ao Setor Elétrico e aos consórcios de empresas que propõem a construir barragens, sempre dificulta o acesso à informação, o potencial de resistência e o poder de barganha das populações locais. No caso de projetos da construção de barragens das empresas estatais como CHESF, ELETROSUL, e CEMIG nas décadas de 70 e 80, havia muita dificuldade no acesso dos pequenos agricultores atingidos às informações. As estatais privilegiaram o repasse de informações sobre a construção das barragens às autoridades locais e grupos econômicos locais poderosos, e limitaram essas informações apenas às vantagens econômicas, estratégia essa para obter apoio político favorável aos planos. Quando surgia resistência organizada à construção da barragem ou às propostas de indenização, as empresas estatais usavam táticas como negociação individual das indenizações, não reconhecimento formal das comissões ou organizações dos atingidos e cooptação de lideranças do movimento.

Durante a década de 90, o Brasil passou por um processo de privatização e reestruturação de sua economia. No setor elétrico, o governo, alegando os altos gastos e a ineficiência das empresas estatais incentivou a formação de consórcios de empresas privadas para a geração de energia elétrica para as suas necessidades industriais. Assim, foram criados vários projetos de construção de barragens na Bacia do Alto Rio Doce na Zona da Mata de Minas Gerais.

Diante disso, em 1995, alguns professores e estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV) formaram um pequeno grupo multidisciplinar de extensão universitária em parceria com entidades da sociedade civil, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a arquidiocese de Mariana, representada por um diácono católico ligado à Dimensão social da Região Pastoral Mariana Leste, a ONG Associação de Pescadores e Amigos do Rio Piranga (ASPARPI), representada por uma ambientalista presidente da mesma, e líderes de populações locais afetadas pelos novos projetos.

Este grupo, ao perceber que a proliferação desses projetos poderia causar graves impactos ambientais e sociais nas comunidades ameaçadas pela construção de barragens, elaborou um projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens do Alto Rio Doce que tinha como principais objetivos: informar a comunidade universitária sobre os planos, o processo e os prováveis impactos sócio-ambientais da construção e instalação de barragens na Bacia do Alto Rio Doce de Minas Gerais; informar as comunidades direta e indiretamente afetadas quanto aos planos e cronogramas para a construção das barragens e seus impactos sociais e ambientais; prestar assessoria às comunidades no processo da organização de comissões locais de atingidos e no processo de negociação quando a Licença Prévia fosse concedida pelo COPAM; capacitar as comissões locais para participarem da análise dos Estudos de Impacto ambiental e acompanhar todo processo de licenciamento ambiental, inclusive participando de Audiências Públicas; assessorar as comunidades direta e indiretamente atingidas em todo o processo de licenciamento ambiental; estimular a interdisciplinaridade, contribuindo para a formação dos estudantes membros do grupo; promover a integração das atividades do projeto com atividades de ensino e pesquisa e promover ações visando ao desenvolvimento sustentável das comunidades atingidas por barragens.

A presença do Prof^o Franklin Rothman, na Universidade Federal de Viçosa foi de fundamental importância tendo em vista que este havia acabado de concluir sua tese de doutoramento baseada na emergência e consolidação do Movimento dos Atingidos por Barragens na Bacia do Alto Rio Uruguai. A coordenação formulou o projeto na perspectiva de não dissociação entre a pesquisa e a extensão, enfatizando a necessidade da Universidade cumprir seu papel em relação a sociedade, principalmente se tratando de projetos que surgiam em grande quantidade na região próxima a esta Instituição.

Significativas, ainda, foram as parcerias com entidades da sociedade civil, construídas pelo debate sistemático e consistente acerca do desenvolvimento regional sustentável e uso dos recursos naturais. Diante de tais reflexões, identificaram-se limites teórico-metodológicos nos EIA/RIMAs, elaborados pelos empreendedores das Usinas Hidrelétricas. A principal demanda da equipe de extensão, bem como dos atingidos, encontra-se nas reivindicações para elaboração de EIA/RIMAs condizentes com a realidade dos moradores das comunidades atingidas.

Vale frisar que nosso trabalho de extensão realizado com as comunidades atingidas, construiu-se sempre por uma perspectiva crítica acerca dos paradigmas teóricos que informam os diagnósticos das áreas atingidas pelos projetos, da prática social dos empreendedores para com a população e, pela forma de apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) das áreas de construção de barragens.

Em 1999, como apoio de todos os assessores e lideranças dos atingidos, foi criado o Conselho Regional de Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce que democratizou o processo de planejamento e avaliação das atividades das lutas, na medida em que as lideranças de todos os grupos locais de atingidos no Alto Rio Doce podiam participar das reuniões mensais. Concomitantemente, foi aberta a Secretaria do Conselho, no local da Igreja Matriz de Ponte Nova, cuja secretaria, de tempo parcial, era paga pela Arquidiocese de

Mariana. Neste momento intensificou-se a participação do setor progressista da Igreja Católica complementando as atividades do grupo de extensão da Universidade.

Baseados numa nova concepção de sociedade civil que foi resultado das lutas empreendidas por movimentos e organizações sociais nas décadas anteriores que reivindicaram direitos e espaços de participação social, fundamentando-se atualmente na atuação de organizações não-governamentais como agentes de mediação entre aqueles coletivos organizados e o sistema de poder governamental, como também entre grupos privados e instituições governamentais resgatando relações pessoais diretas e as estruturas comunitárias da sociedade tendo como motores a ética e a solidariedade (GOHN 1997: 301) e tentando reafirmar a importância do grupo de extensão então formado, os agentes de mediação no ano de 2001 discutiram e iniciaram o processo de criação de uma ONG – NACAB (Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens).

Metodologia

Os objetivos foram alcançados mediante diversas ações pedagógicas que incentivavam a participação da população atingida e formas de assistência técnica diagnósticos participativos da realidade sócio-econômica da comunidade rural através dos quais foram estreitadas as relações entre atingidos e pesquisadores e foi facilitada a interação entre pesquisa e extensão. Foram feitas reuniões com a comunidade para explicar os estudos de impacto ambiental, com atenção especial à participação de mulheres e dos grupos mais vulneráveis. Realizaram-se também encontros de treinamento e capacitação para negociações dos atingidos com as empresas construtoras bem como encontros e seminários, dirigidos ao meio acadêmico e a sociedade em geral sobre os diversos aspectos inerentes à política energética, legislação e licenciamento ambiental e aos processos de construção de barragens.

Outra atividade promovida foi o “casamento de barragens”, ou seja, visitas de atingidos por determinado projeto a comunidades atingidas por outros projetos, com vistas em comparar os impactos e as táticas de resistência. Além disso, foi oferecida, pela equipe de extensão, assistência jurídica para registro em cartório de associações de pessoas atingidas e elaborados pareceres técnicos que eram encaminhados ao órgão estadual do meio ambiente.

Resultados e discussão

O trabalho de extensão realizado pela equipe de professores/estudantes da UFV, do Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens, foi e ainda tem sido fundamental para a circularidade do saber entre populações atingidas da Bacia do Alto Rio Doce de Minas Gerais e pesquisadores/extensionistas, diálogo que vem garantindo a compreensão e envolvimento dos atingidos no processo de licenciamento ambiental dos projetos de usinas hidrelétricas (UHEs), bem como proporcionando aos membros da equipe de extensão uma verdadeira integração das atividades de ensino-pesquisa-extensão, diante de atividades interdisciplinares e interinstitucionais.

Os principais resultados ao longo destes anos de implementação do projeto foram: No ano de 1996 foi organizado e realizado na UFV, nos dias 29 a 31 de maio, um Seminário sobre os Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais da Construção de Barragens na Bacia do Alto Rio Doce de Minas Gerais, com a participação de representantes do Setor Elétrico, privado e público, de populações locais atingidas, do poder público local (incluindo a Associação Regional dos Municípios) e estadual e da comunidade acadêmica e de um público de mais de 200 pessoas, que promoveu um diálogo sobre a problemática dos projetos de construção de barragens na região. Em 1998 foi publicada no Diário Oficial de Minas Gerais de 29/04/98, pág. 35, a Lei n.º 12812, de 28 de abril de 1998, que dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios incorpora várias recomendações dos líderes das entidades representativas das comunidades atingidas e dos membros da equipe do

projeto de extensão, comunicadas em audiência pública da assembléia legislativa e por escrito, por exemplo, tornando obrigatória a realização de audiência pública para exposição e análise dos estudos de impacto ambiental nos projetos de construção de usinas hidrelétricas em Minas Gerais.

Além disso, em 1999, organizou-se o Conselho Regional de Atingidos por Barragens, em parceria com a Arquidiocese de Mariana e a com a Comissão Pastoral da Terra (Regional Barbacena), da Igreja Católica, com sede e secretaria em Ponte Nova. Até o ano 2000 foram realizados diagnósticos participativos da realidade socioeconômica da comunidade rural, reuniões com a comunidade para explicar os estudos de impacto ambiental, com atenção especial à participação de mulheres e dos grupos mais vulneráveis, assistência jurídica para registro em cartório de associações de pessoas atingidas, encontros regionais para capacitação de líderes das associações de atingidos no processo de negociação, elaboração de pareceres técnicos pela equipe de extensão e seu encaminhamento ao órgão estadual do meio ambiente e participação ativa dos grupos atingidos e dos assessores nas audiências públicas locais e em nível estadual os esforços do projeto de extensão contribuíram aos pareceres técnicos da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM-MG) para a desistência do Consórcio UHE Pilar (municípios de Ponte Nova e Guaraciaba) em 1999 e o parecer de indeferimento dos Projetos UHE Cachoeira da Providencia e Cachoeira Grande, baseado nos graves impactos sociais e ambientais e nas sérias deficiências técnicas dos projetos. Como resultado, foram evitados o deslocamento e o empobrecimento de centenas de pessoas e salvo um dos principais recursos naturais de beleza natural, lazer e ecoturismo na região: a Cachoeira Grande, no município de Canaã.

Organizaram-se também cinco associações locais representativas das pessoas atingidas por projetos de barragens e promoveu-se a prática de cidadania em centenas de famílias de pequenos agricultores em mais de dez comunidades rurais na Zona da Mata-MG concomitantemente ao fortalecimento dos mecanismos institucionais de proteção ao meio ambiente em Minas Gerais, em particular por meio da solicitação e participação em audiências públicas. Estas ações se deram mediante diversas ações pedagógicas e formas de assistência técnica.

No ano de 2002 foi legalizada a ONG Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens – NACAB – para assessorar as comunidades atingidas por barragens hidrelétricas e finalidades afins que vem atuando na capacitação técnica para o desenvolvimento do projeto de Educação Ambiental nas Escolas das Populações Ribeirinhas do Alto Rio Doce na Zona da Mata de Minas Gerais que visa a conscientização ambiental de professores e alunos de escolas rurais e a capacitação para gestão local, visando ao desenvolvimento sustentável rural de populações rurais ribeirinhas da Bacia do Rio Doce na Zona da Mata de Minas Gerais.

Conclusões

A Assessoria às comunidades atingidas por barragens do Alto Rio Doce tem colaborado, ao longo destes oito anos, para o fortalecimento da organização das populações ribeirinhas, levando a consolidação do Movimento dos Atingidos por Barragens Regional. Sendo assim, no momento de descentralização política em que vivemos, a ação da ONG Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB) tem sido muito importante para a captação de recursos e a manutenção dos vínculos entre a Universidade e o movimento social, funcionando como um a ponte entre estes atores sociais. Além disso, ao buscar a construção de cidadania da populações atingidas e ao apoiar a luta de resistência a construção de barragens tem contribuindo para a promoção de uma maior justiça social na região.

Referências bibliográficas

- GOHN, M. G. Teorias dos movimentos sociais.Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- MEDEIROS, José César. Juventude e modernidade em Casa Nova: Reflexões a propósito de um projeto de barragem em Minas Gerais. Viçosa: UFV, 2002 (Tese do curso de mestrado em Extensão Rural).
- MIELNIK, O. e NEVES, C. “Características da estrutura de produção de energia hidrelétrica no Brasil”. In: ROSA, Luiz Pinguelli et al (org.). Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares. São Paulo: AIE/COPE, 1988.ORTIZ, Renato. Mundialização e cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MORAES, M. S. No rastro das águas: organização, liderança e representatividade política dos atingidos por barragens. In: Navarro, Z. (Org.).Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no rio Grande do sul. Porto alegre: Editora da Universidade, Universidade federal do rio grande do Sul, 1996, p.62-105.
- ROTHMAN, Franklin D. e LOPES, Maria de Fátima (coord.) Estado, setor privado e populações locais: interação nos projetos de construção de barragens do alto do Rio Doce de Minas Gerais. Relatório de Pesquisa – FAPEMIG projeto de pesquisa SHA 1183/96. Viçosa: UFV/CCA/DER, 1999 (mimeo).
- VIANA, Romilda de Souza. O Projeto UHE Cachoeira da Providência: Uma abordagem etnográfica dos efeitos sobre a população rural. Viçosa: UFV, 2000 (Tese do curso de mestrado em Extensão Rural).
- VAINER, Carlos. “população, meio ambiente e conflito social na construção de hidroelétricas”. In MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento:
- VIANNA, Aurélio. “O movimento de atingidos por barragens e a questão ambiental”. In: Proposta, no 46, p. 5-8, 1990.
- VIANNA, Aurélio, LEROY, Jean P. e TAVARES, Ricardo. “Lutas de resistência ou lutas por um novo modelo de sociedade?”. In: Proposta, no 46, 1990.